

Biblioteca Anarquista



O Anarquismo é a Democracia Extrema

Wayne Price

Wayne Price
O Anarquismo é a Democracia Extrema
2000

Adquirido em 22/04/2019 de
<http://elcoyote.org/o-anarquismo-e-a-democracia-extrema/>
Escrito por Wayne Price e publicado originalmente na revista The
Utopian, em 2000.
Tradução de Matheus Saldanha.

bibliotecaanarquista.org

2000

Conteúdo

Democracia Contra o Anarquismo	5
Anarquismo Contra a Democracia	9
A Importância do Anarquismo Para a Democracia	12
A Importância da Democracia Para o Anarquismo	14
Referências	16

Como o Marxismo, e o socialismo estatista em geral, têm sido cada vez mais desacreditados, tem havido uma tendência dos esquerdistas se voltarem para outra tradição, a da revolução democrática. A democracia pode ser interpretada como a base da oposição aos autoritarismos da sociedade capitalista (Morrison, 1995; Mouffe, 1992; Trend, 1996; Wood, 1995). Um trabalho influente conclui que, “A tarefa da esquerda, portanto, não pode ser renunciar à ideologia liberal democrática, mas, ao contrário, aprofundá-la e expandi-la na direção de uma democracia radical e plural... O socialismo é um dos componentes de um projeto de democracia radical, e não o contrário” (Laclau and Mouffe, 1985, pp. 176-178).”

“Democracia” tem dois significados contraditórios hoje: a justificação do estado atual das coisas versus uma tradição de libertação popular revolucionária. É a sustentação ideológica dos estados “democráticos” existentes no Ocidente e em qualquer outro lugar – precisamente porque os ideais democráticos são muito atraentes. Eleições periódicas e liberdade de expressão (relativa) e de organização são usadas para justificar uma sociedade em que uma minoria governa, de fato, sobre a maioria. A democracia capitalista é usada por facções adversárias de governantes para resolver suas próprias disputas sem derramamento de sangue (em excesso). Ela serve para cooptar forças populares rebeldes.

Mas democracia também é um grito dos oprimidos contra as elites governantes – a ideia de que pessoas comuns deveriam participar e controlar as instituições que compõem a sociedade. Essa ideia de democracia remonta aos conselhos tribais, à Atenas clássica, às grandes revoluções burguesas na Inglaterra, nos EUA e na França, aos abolicionistas dos EUA e, hoje, aos ideais amados por milhões. São direitos arrancados dos governantes pela luta e pelo sangue do povo. É o padrão para julgar o Estado – e para condená-lo. E como tal, talvez ainda não tenha perdido seu potencial revolucionário.

Esse desenvolvimento teórico interessa àqueles que vêem o anarquismo socialista como nada além da mais extrema, consistente e completa democracia. Escritores como Paul Goodman (1965) e Noam Chomsky (1994) reivindicaram suas versões do anarquismo como extensões da tradição democrática de Jefferson a John Dewey. Benjamin Tucker, anarquista estadunidense do século XIX, escreveu, “Os anarquistas são simplesmente democratas jeffersonianos destemidos” (1888, p. 11). O anarquista contemporâneo Murray Bookchin afirma que “...uma sociedade livre ou será democrática ou sequer será alcançada” (1995, p. 17).

Entretanto, a relação histórica entre anarquismo e democracia é muito ambígua. Isso não deveria surpreender, considerando quão vagos e abertos foram ambos os termos. Como “socialismo” ou “liberdade”, eles tiveram significados muito diferentes para muitas pessoas diferentes.

Em *O que é a propriedade?*, o primeiro trabalho a reivindicar o termo “anarquista”, Pierre Joseph Proudhon o contrapõe explicitamente à “democracia”: “Ouço alguns de meus leitores responderem: ... ‘Bem, então sois democrata’ – Não... ‘Então o quê?’ ‘Um anarquista!’” (Woodcock, 2002, p. 10) . Mas anos depois, Proudhon defendeu a substituição do Estado por uma democracia de associações voluntárias de produtores, “uma vasta federação de associações e grupos unidos pelo vínculo comum da república democrática e social” (citado em Guerin, 1970, p. 45).

O anarquismo pode oferecer uma perspectiva única sobre os dois significados de democracia. Liberais e socialdemocratas acreditam na democracia e se consideram “socialistas democráticos”. Mas, embora sejam altamente críticos a aspectos do sistema, no fim das contas sucumbem ao aspecto mistificador da teoria democrática. Eles consideram que o atual estado de coisas é antidemocrático, mas esperam modificá-lo, torná-lo “cada vez mais democrático”. Por outro lado, revolucionários autoritários – stalinistas, nacionalistas de esquerda etc. – não se deixam levar pelas confusões democráticas do imperialismo dos EUA. Mas o objetivo deles é substituir esse Estado por um novo, no qual eles sejam os novos governantes, porque rejeitam o ideal da autogestão popular.

Os anarquistas, no entanto, podem rejeitar a alegação de que os estados existentes devam ser apoiados porque são democráticos, enquanto continuam defendendo a democracia de um ponto de vista libertador. Mas para fazer isso, anarquismo e democracia devem ser aceitos como compatíveis. Para isso, irei discutir primeiramente uma crítica do anarquismo do ponto de vista da democracia, e depois, uma crítica da democracia do ponto de vista do anarquismo.

Mouffe, Chantal (1996). “Radical Democracy or Liberal Democracy?” In D. Trend (Ed.), *Radical Democracy*. New York: Routledge. (Pp. 19-26.)

Morrison, Roy (1995). *Ecological Democracy*. Boston: South End Press.
Trend, David (Ed.) (1996). *Radical Democracy: Identity, Citizenship, and the State*. New York: Routledge.

Tucker, Benjamin R. (1888). *State Socialism and Anarchism: How Far They Agree and Wherein They Differ*. Alpine, MI: Charles W. Bergman.

Voline (1974). *The Unknown Revolution: 1917-1921*. Montreal: Black Rose Books.

Wood, Ellen Meiksins (1995). *Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Woodcock, George (1962). *Anarchism: A History of Libertarian Ideas and Movements*. New York: World Publishing.

<https://we.riseup.net/assets/70972/George-Woodcock-Historia-Das-Ideias-e-Movimentos-Anarquistas-Vol-1.pdf>

Referências

- Bookchin, Murray (1995). *Social Anarchism or Lifestyle Anarchism: An Unbridgeable Chasm*. London: AK Press.
- Bookchin, Murray (1996). *The Third Revolution: Popular Movements in the Revolutionary Era*. Vol. 1. New York: Cassell.
- Chomsky, Noam (1994). *Secrets, Lies and Democracy*. Tucson, AZ: Odonian Press.
- Dahl, Robert (1989). *Democracy and Its Critics*. New Haven: Yale University Press.
- Dewey, John (ed.) (1957). *The Living Thoughts of Thomas Jefferson*. New York: Fawcett.
- Dolgoff, Sam (ed.) (1974). *The Anarchist Collectives: Workers' Self-Management in the Spanish Revolution 1936-1939*. New York: Free Life Editions.
- Draper, Hal (1969). "A Note on the Father of Anarchism." *New Politics*. Vol. VIII, no. 1. Pp. 79-93.
- Goodman, Paul (1965). *People or Personnel: Decentralizing and the Mixed System*. New York: Random House.
- Guerin, Daniel (1970). *Anarchism: From Theory to Practice*. (M. Klopfer, trans.) New York: Monthly Review Press.
- Kropotkin, Peter (1986). *The Great French Revolution: 1789-1793*. (N. F. Dryhurst, trans.) London: Elephant.
- Kropotkin, Peter (1993). "The State: Its Historic Role." *Kropotkin's Fugitive Writings*. (G. Woodcock, ed.) Montreal: Black Rose Books. (Pp. 159-201.)
- Laclau, Ernesto, and Mouffe, Chantal (1985). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. New York: Verso.
- Lenin, V.I. (1976). *Selected Works*. Moscow: Progress Publishers.
- Malatesta, Errico (1995). *The Anarchist Revolution: Polemical Articles 1924-1931*. (V. Richards, ed.) London: Freedom Press.
- Mouffe, Chantal (Ed.) (1992). *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*. New York: Verso.

Democracia Contra o Anarquismo

O livro *Democracy and Its Critics* (1989) de Robert Dahl é um importante estudo de caso sobre democracia, muito bem escrito e reflexivo. Antes de se aprofundar em seu argumento, Dahl discute duas "objeções" fundamentais para a democracia: anarquismo e "tutela". Ele define o anarquismo, razoavelmente, como "uma sociedade que consiste apenas de associações puramente voluntárias, uma sociedade sem Estado" (p. 37). E acrescenta rapidamente: "Como a democracia deve ser o processo mais desejável para governar essas associações, ela também pode ser a forma predominante de governo em uma sociedade anarquista" (p. 37). Isso deixa claro que o anarquismo não se opõe à democracia, mas ao "Estado democrático".

Infelizmente, ele não explica o que quer dizer com "o Estado". "Eu não proponho definir o termo "Estado" rigorosamente" (p. 359). Ele o usa, aparentemente, no sentido de "o principal meio de coerção organizada" (p. 43, ver também p. 359).

Dahl prossegue argumentando que alguma coerção é necessária, e que os anarquistas estão errados ao se opor absolutamente a toda coerção social. O objetivo deveria ser "...minimizar a coerção e maximizar o consenso" (p. 51). Essencialmente, eu concordo com esse argumento. Qualquer que seja o caso, após séculos de liberdade anarquista, uma sociedade recém-anarquista precisará de algum meio para controlar assassinos psicopatas individuais ou contra-revolucionários organizados violentos. No entanto, Dahl parece presumir que coerção é sinônimo de Estado. Ele admite que povos pré-letrados, como os *inuit* (esquimós), viviam de forma satisfatória durante séculos ou milênios sem Estado, mas ele não leva em consideração como eles lidavam com a necessidade social de coerção. Havia coerção, seja pela opinião pública ou pela violência organizada – todo homem, pelo menos, era armado e se organizava no conselho tribal. O que eles não tinham era um Estado.

Kropotkin definiu o Estado: “A ideia de Estado...inclui a existência de um poder localizado acima da sociedade... a concentração de muitas funções na vida da sociedade nas mãos de poucos... Todo um mecanismo de legislação e de policiamento teve de ser desenvolvido com o objetivo de sujeitar algumas classes à dominação de outras” (1993, p. 160). Ideias análogas foram expressas por Engels: “...seu poder, surgido fora da sociedade, mas colocando-se acima dela, e alienando-se cada vez mais dela, é o Estado... que consiste não apenas de homens armados, mas também de acessórios materiais, prisões e instituições de coerção de todos os tipos...” (citado por Lenin, 1970. pp. 290-292).

O argumento dos anarquistas não é que é possível abolir imediatamente toda coerção (embora alguns possam ter colocado dessa forma). É que é possível abolir a instituição burocrática, socialmente alienada do Estado. O “Estado democrático” deve ser condenado, não porque ainda é coercitivo, mas porque não pode ser verdadeiramente democrático. Por sua própria natureza, esse instrumento de coerção que está acima da sociedade e contra ela, deve servir a uma minoria dominante contra uma maioria oprimida.

Dahl não aborda diretamente esse assunto, mas ele está relacionado com um ponto importante de seu livro. A sociedade moderna, segundo ele, é muito grande e complexa para se basear na democracia direta, cara a cara das tribos pré-letradas ou das cidades-estado posteriores. Para que a democracia existisse em larga escala, ela precisou “inventar” a representação. Ele afirma que só o governo representativo (por implicação, o Estado) poderia ter trazido a democracia para o mundo moderno.

Mas isso tem dois lados. A representação tornou possível um tipo de democracia de larga escala nas nações modernas, mas a larga escala tornou possível criar uma forma de governo da elite que ainda poderia ser chamada de democracia. Em vez de democracia direta, participativa, temos uma camada de políticos eleitos e burocratas do governo que se colocam entre o povo e a tomada de decisões. De tempos em tempos, cidadãos passivos elegem esses “representantes” para serem políticos por eles. Wood (1995) cita os pontos de vista das principais figuras entre os Pais Fundadores dos EUA: “Seu argumento não era que a representação é necessária em uma grande república, mas, ao contrário, que uma grande república é desejável, então a representação é inevitável... A representação... pretende atuar como um filtro” (p. 216).

revoltar, mesmo sozinho, contra o governo, mesmo se o governo for todo mundo” (idem). Draper comenta: “O único homem que pode gozar dessa “liberdade” ilimitada pela sociedade é um déspota” (idem).

Embora exista esse lado autoritário da tradição anarquista, seria ridículo negar que também exista um lado democrático-libertário, tanto na teoria quanto na prática. Quer usem a palavra “democracia” ou não, anarquistas-socialistas defendem há muito a substituição das instituições burocráticas por associações autogeridas, isto é, por democracia (e, como eu disse, uma forte defesa dos direitos individuais e de minorias não necessariamente contradizem a democracia ou o governo da maioria). Os anarquistas organizaram democracias de massas, sindicatos de trabalhadores, exércitos populares e coletivos camponeses autogeridos e cooperativas de trabalhadores. O marxismo também tem lados democráticos e autoritários, mas a tendência dominante de suas principais alas, a social-democracia e o stalinismo, tem sido o estatismo autoritário (como Draper concordaria). Entre marxismo e anarquismo, é o anarquismo que tem a teoria e a tradição mais democrática e libertária.

Além do mais, anarquistas têm uma relação diferente com seus teóricos. Diferente do marxismo e do leninismo, o anarquismo não carrega o nome de suas figuras históricas. Ele não tem escrituras sagradas como Capital ou Estado e Revolução. Ele não tem nenhum problema em rejeitar os erros de seus fundadores.

No entanto, Draper coloca uma questão fundamental. O anarquismo, se não inerentemente hostil à democracia, tem tido uma relação contraditória com ela. As tendências individualistas são as piores nesse sentido, como reconheceram os anarquistas-socialistas. O que os anarquistas precisam é identificar o anarquismo com a democracia revolucionária, extrema. A fraqueza do anarquismo são reais, mas elas podem ser corrigida dentro da própria tradição anarquista.

O programa do anarquismo é substituir a máquina burocrático-militar do Estado por uma federação de assembleias populares e associações, tão descentralizada quando é praticamente possível. Isso é democracia sem Estado. Qualquer outro programa, como ficar dentro dos limites do Estado atual, mas tornando-o “mais democrático” (“socialismo democrático” ou “democracia liberal radical”) tem uma queda pela “democracia” enquanto uma cobertura ideológica do governo da minoria – do capitalismo patriarcal-racista e seu Estado burocrático.

A Importância da Democracia Para o Anarquismo

Se a teoria democrática precisa do anarquismo, então o anarquismo também precisa da democracia. Há uma tendência autoritária na história do anarquismo. Ela começou com Proudhon, que era racista, antissemita e patriarcal, e imaginou a si mesmo governando a França enquanto ditador sobre sua federação de associações (Draper, 1970). Bakunin, o segundo “pai do anarquismo”, continuou tentando organizar sociedades secretas que poderiam manipular organizações de massas pelos bastidores (Guerin, 1970; Woodcock, 1962). Anarquistas terroristas e bombardeadores (incluindo o Unabomber) agiram como heróis de elite, sem e até mesmo contra o povo.

De lá até agora, os anarquistas capitularam muitas vezes ao reformismo (apoio ao Estado atual) ou às ditaduras revolucionárias. Proudhon, por exemplo, acabou sendo eleito ao Parlamento francês. Kropotkin, o terceiro “pai do anarquismo”, tornou-se um entusiasta dos países imperialistas ocidentais na I Guerra Mundial. Goodman (1965) e Chomsky (1994) poderiam ser chamados de reformistas. Esse apoio do anarquismo ao reformismo tornou-se assunto sério quando os anarquistas espanhóis da década de 1930, diante de uma situação revolucionária, tornaram-se ministros do governo capitalista liberal. Por outro lado, muitos anarquistas se juntaram aos bolcheviques depois da Revolução Russa. Na década de 1960, os anarquistas-pacifistas da revista *Liberation* se tornaram apologistas de Castro e Ho Chi Minh. Mais exemplos são fáceis de encontrar.

O marxista Hal Draper argumentou que o problema básico com o anarquismo é a suposta rejeição à democracia. “O ‘libertarianismo’ anarquista... não está preocupado com a conquista do controle democrático pelos de baixo, mas com a destruição da “autoridade” sobre o ego individual, mesmo a versão mais extremamente democrática imaginável da autoridade” (1969, p. 93). Ele cita Proudhon: “Qualquer homem que não possa fazer o que quer e qualquer coisa que ele queira tem o direito de se

Sem dúvida, algum grau de representação ou delegação, de órgãos inferiores a superiores, é necessário. Enquanto federalistas, os anarquistas geralmente concordam com isso. Mas o significado da representação e de todos os outros aspectos da democracia mudariam drasticamente em um contexto social diferente. As mudanças sociais propostas por anarquistas podem ser resumidas em dois conceitos:

Primeiro, a criação de uma sociedade igualitária na qual grupos distintos de opressores e oprimidos ou não existem mais (capitalistas e trabalhadores) ou redefiniram suas relações como iguais (homens e mulheres, europeus-americanos e afro-americanos, norte-americanos e latino-americanos). Onde a riqueza é distribuída e não existe opressão, a sociedade não é mais forçada em direções diferentes por forças hostis em competição. Ela não precisa de um Estado para manter as coisas juntas; é mais fácil maximizar o consentimento e minimizar a coerção.

Segundo (e a maioria dos marxistas discorda), os anarquistas querem uma sociedade baseada em democracia direta através de assembleias populares – no local de trabalho, na comunidade e em várias associações voluntárias. Quanto mais decisões são tomadas localmente, menos decisões são feitas de forma centralizada. Quanto mais as pessoas experimentam a democracia cara a cara como um modo de vida cotidiano e vibrante, mais elas controlarão de verdade os representantes enviados a assembleias delegadas. A polícia e o exército seriam substituídos por uma milícia – o povo em armas. “Se todo o povo fosse verdadeiramente soberano, não haveria mais governo nem governados... o Estado... seria idêntico à sociedade, e desapareceria na organização industrial [e de outros tipos]” (Guerin, 1970, p. 17).

Dahl está ciente destes argumentos e concorda com eles até certo ponto. Ele busca diminuir as desigualdades sociais e políticas. Ele defende o aumento da participação e das tomadas de decisão no nível da comunidade local. Ele apoia um socialismo democrático em que a economia é socialmente controlada e regulada, mas as empresas competem umas com as outras. Diferentemente da maioria dos defensores do “socialismo de mercado”, ele defende que as empresas sejam democraticamente administradas por seus trabalhadores, como cooperativas de produtores ou o antigo modelo iugoslavo. “...seria um erro subestimar a importância das instituições autoritárias no cotidiano dos trabalhadores e as consequências de introduzir um sistema mais democrático na administração de empreendimentos econômicos” (p. 332).

No entanto, ele subestima as consequências de tal democratização des-centralizada nas instituições mais centralizadas da sociedade, nacionais e internacionais. Ele dispensa a ideia de uma transformação drástica da sociedade levantada seja por marxistas ou anarquistas. O “socialismo de mercado” em si mesmo sugere que, mesmo sob o “socialismo”, a economia não será totalmente gerida por tomadas de decisão democráticas, mas pelo mercado. Embora concorde que nossa sociedade é altamente desigual, ele nega que haja um governo da minoria (porque há elites concorrendo entre si). Essa sociedade – que ele chama de “poliarquia” – é imperfeita, mas ele argumenta que ela ainda é democrática e que merece apoio. Na prática, se não em intenção, ele é um dos que aceitam o papel da democracia como justificativa do Estado capitalista-patriarcal existente.

Parte do problema é que, sempre que Dahl recorre à teoria para se referir à prática, ele acaba voltando aos Estados capitalistas democráticos existentes. Utilizá-los como modelo produz uma visão bastante limitada do que a democracia é capaz de ser. Os anarquistas, em contraste, concentram-se nas revoluções históricas (por exemplo, Dolgoff, 1974; Kropotkin, 1986; Voline, 1974)

As lições que os anarquistas extraem dessas revoluções são resumidas por Bookchin (1996): “Desde as guerras camponesas em grande parte medievais das Reformas do século XVI até as revoltas modernas de trabalhadores industriais e camponeses, os povos oprimidos criaram suas próprias formas populares de associação comunitária... para substituir os Estados opressivos... Essas associações tomaram a forma institucional de assembleias locais... ou conselhos representativos de delegados com mandatos revogáveis” (p. 4). Esses exemplos históricos não conseguem “provar” a validade de uma sociedade radicalmente democrática, mas fornecem ampla evidência de sua possibilidade.

(em Laclau e Mouffe, 1985). Não é difícil mostrar que a “sociedade civil” – o reino do capitalismo, do patriarcado e do racismo – não é a base para a salvação do Estado. Mas a “sociedade civil” é internamente antagonista, baseada nas tensões entre oprimidos e opressores, incluindo as lutas de classe, gêneros e raças, entre outras. Essa pressão dos de baixo pela liberdade é a fonte de todo o progresso social.

Mouffe afirma que o Estado também tem antagonismos internos, implicando, portanto, que é errado rejeitá-lo como tal. Ela observa, por exemplo, que o Estado pode aprovar leis contra a discriminação de gênero ou em defesa de camponeses contra latifundiários em países pobres. Isso é verdade, mas essas leis são como os aumentos salariais que a administração de uma empresa pode oferecer aos seus trabalhadores. Pode fazê-lo porque os trabalhadores o forçam ou porque é perspicaz e fornece benefícios antes de os trabalhadores formarem um sindicato – mas, qualquer que seja a razão, a administração continua sendo capitalista e inimiga dos trabalhadores. Há divisões dentro da administração, como dentro do Estado, mas ambos são bons em suprimir e/ou cooptar os oprimidos. Nem a administração nem o Estado são amigos dos trabalhadores, das mulheres ou dos camponeses.

Laclau and Mouffe acrescentam que há momentos em que o Estado se opõe à “sociedade civil”. “...É isso que acontece quando o Estado se transforma em uma excrescência burocrática imposta pela força sobre o resto da sociedade, como no Leste Europeu, ou na Nicarágua de Somoza...” (1985, p. 180). Ou seja, em países como os EUA, onde a maioria apoia o regime, o Estado não é, segundo eles, uma excrescência burocrático-militar sobre a sociedade. É uma opinião de muitas pessoas, incluindo a maioria dos EUA. Pode-se argumentar, mas não vejo como isso pode ser chamado de “radical”.

A Importância do Anarquismo Para a Democracia

Por que isso é importante? Podemos ver o que acontece quando radicais tentam desenvolver a teoria democrática sem incorporar o anarquismo. Muitas vezes, é pouco mais do que o “socialismo democrático” atualizado, isto é, socialismo estatista reformista. Por exemplo, o livro *Radical Democracy* (1996) de David Trend é de artigos escritos principalmente por membros da Socialistas Democráticos da América. Eles ficam um pouco constrangidos com a comparação de seu socialismo com o estatismo, mas continuam sem alternativa ao Estado existente para intervir na economia.

Uma teoria democrática que seja realmente radical negaria veementemente que o Estado capitalista patriarcal/racista é verdadeiramente democrático, se oporia à máquina estatal burocrático-militar socialmente alienada, e proporia, no lugar dela, uma federação democrática de assembleias e associações. Menos que isso maquiaria a natureza autoritária – antidemocrática – da nossa sociedade e seu Estado.

Uma tentativa significativa de desenvolver uma teoria democrática radical que incluísse o socialismo foi feita por Chantal Mouffe e aqueles associados a ela. Ela tem bastante clareza de que sua “democracia radical” não é uma alternativa ao Estado atual, mas uma extensão dele. “O que defendemos é uma espécie de “democracia liberal radical” – nós não a apresentamos como uma rejeição do regime democrático liberal ou a instituição de uma nova forma política de sociedade” (1996, p. 20). Seu objetivo é “...estender a democracia no âmbito de um regime liberal-democrático” (1992, p. 3). Ela é crítica da democracia direta ou comunitária enquanto metas.

De fato, a única vez em que ela parece lidar diretamente com o Estado é em uma discussão com aqueles que opõe “sociedade civil” e “Estado”

Anarquismo Contra a Democracia

A relação entre o anarquismo e a democracia foi levantada, por outro lado, por Errico Malatesta, o grande anarquista italiano (ativo entre as décadas de 1870 e 1930). Diferente da tendência anarquista individualista, anti-organizacional, Malatesta defendeu que os anarquistas deveriam se organizar entre si e promover a auto-organização dos trabalhadores. Nos anos 1920, ele escreveu dois textos curtos sobre nosso assunto, com o tema resumido no título de um deles: “Nem Democratas Nem Ditadores: Anarquistas” (Malatesta, 1995, pp. 73-79).

Ele acreditava que o Estado democrático capitalista era preferível a uma ditadura, só se os anarquistas puderem usar sua ideologia contra ele. “...A pior das democracias é sempre preferível, ainda que do ponto de vista educacional, do que a melhor das ditaduras... A democracia é uma mentira... é, na realidade, uma oligarquia, isto é, o governo de poucos em proveito de uma classe privilegiada. Mas ainda podemos lutar contra ela em nome da liberdade e da igualdade...” (p. 77).

Como pode ser visto a partir disso, grande parte da oposição de Malatesta à democracia é realmente dirigida contra a ideologia democrática como uma forma de racionalização do capitalismo e do Estado. Mas ele mistura isso com uma denúncia do próprio conceito de governo da maioria: “...não defendemos nem um governo da maioria nem um da minoria; nem uma democracia nem uma ditadura... Defendemos... o livre acordo... a anarquia” (p. 76)

O conceito democrático é “o governo da maioria, com respeito pelos direitos das minorias”. Sob o capitalismo patriarcal, “governo da maioria” tem significado o governo da minoria dominante que molda a opinião pública da maioria através do controle da mídia e de outros modos. Os “direitos das minorias” têm sido frequentemente invocados contra qualquer tentativa da maioria em tomar qualquer quantia da riqueza dos ricos. Mas o “governo da maioria” e os “direitos das minorias” também têm reunido

forças contra as minorias dominantes e as massas preconceituosas que as seguem.

Malatesta ressalta que a maioria está frequentemente errada, em comparação com a minoria mais esclarecida. Se a maioria governa, ele argumenta, deve ditar à minoria, forçando seu desejo sobre ela. E isso é tão ruim quanto o governo da minoria. Como se espera que a maioria respeite os direitos das minorias se a maioria governa sobre a minoria? Por essas razões Malatesta rejeita o governo da maioria por princípio. Essas visões devem ser respondidas também.

Os defensores das liberdades civis argumentam há muito tempo que existem muitas áreas da vida em que a tomada de decisão coletiva não é necessária. Nessas áreas, como a orientação sexual, a maioria não tem direito de ditar à minoria. Um grande número de pessoas, hoje, respeitaria o direito de “adultos responsáveis” participarem de práticas sexuais de minorias. Como Thomas Jefferson defendeu a liberdade religiosa: “...não fere ao meu vizinho dizer que há vinte deuses ou nenhum. Não dói no meu bolso nem quebra minhas pernas” (Dewey, 1957, p. 111). Os anarquistas buscam expandir amplamente o leque de associações voluntárias para atividades por escolha própria, atividades fora do domínio da maioria.

No entanto, ainda haverá áreas que exigem tomadas de decisão coletivas. Por exemplo, uma comunidade pode precisar decidir se deseja construir uma estrada nova. O consenso seria o melhor, mas as pessoas discordam às vezes. Uma maioria e uma minoria podem polarizar sobre esse assunto e ele não pode ser tratado como uma questão de adesão voluntária (embora os dissidentes sempre sejam livres para escolher ir para outro lugar – mas outras comunidades também deverão decidir se irão construir estradas). Ou a estrada é construída ou não é. Se a maioria é formada pelos favoráveis à construção da estrada, a minoria anti-construção pode ser convidada a participar, dando sua parte em trabalho ou riqueza social. Em qualquer caso, elas terão que viver na comunidade com uma nova estrada, indesejada.

Isso não é coerção policial, mas da realidade. Uma decisão teve que ser tomada coletivamente. Se ela não é determinada pelo voto da maioria, então como seria? Uma comunidade pode decidir que esse tipo de deliberação deve ser unânime. Mas e se nem todos puderem concordar? Talvez a minoria consiga vetar a proposta, já que ela não é unânime. Então é a minoria que governa, evitando que a maioria de começar a sua estrada. Alternativamente, a minoria pode concordar em ficar quieta, de modo a

não “bloquear o consenso”. E isso lhes nega o direito de ser considerada abertamente como discordante. Eu não estou negando o direito de qualquer comunidade ou associação de decidir contar com o consenso, apenas argumentando que o governo da maioria não é autoritário por princípio.

Malatesta pergunta que direitos a minoria tem sob o governo da maioria. Pessoas com visões minoritárias têm o direito de participar em todas as tomadas de decisão. Elas têm o direito de tentar convencer a maioria do seu ponto de vista. Se perderem por um voto, podem continuar a participar e de buscar se tornar a nova maioria. Talvez, no futuro, elas possam persuadir membros suficientes da comunidade de que a nova estrada foi um erro e que a derrubem, ou, pelo menos, a não construir novas. Elas podem ser maioria em outras questões.

Os direitos das minorias são parte essencial do governo da maioria. Se os membros de uma comunidade não tem a chance de ouvir todas as opiniões, incluindo as minoritárias, então não se pode dizer que eles realmente decidem as questões. A supressão das opiniões minoritárias na democracia capitalista (pela força, pela falta de dinheiro ou pela falta de cobertura midiática) é uma maneira que a minoria dominante cria a ilusão de que a maioria é que governa.

Ao mesmo tempo, os direitos das minorias estão mais assegurados quando a maioria governa, ao contrário de qualquer ditadura da minoria. O governo da maioria e os direitos das minorias não são opostos, mas complementares.

Em oposição à democracia, Malatesta defende o “livre acordo”, mas essa oposição é falsa. As pessoas podem concordar livremente para formar associações voluntárias – seja para trocar selos ou produzir sapatos. Mas então, como elas irão administrar essas associações? Podemos presumir que as pessoas não concordarão completamente com tudo. Deve haver algum processo além de dissolver as associações toda vez que todos não concordarem. Esse processo é a democracia. Os anarquistas não defendem um Estado democrático, mas sim uma sociedade democrática, sendo democracia um “modo de vida”. O anarquismo é a democracia sem o Estado.